

1.000

QUESTÕES PARA O

PC-RS

ESCRIVÃO E INSPETOR

SUMÁRIO

LÍNGUA PORTUGUESA.....	17
→ ORTOGRAFIA - CASOS GERAIS E EMPREGO DAS LETRAS.....	17
→ ACENTUAÇÃO.....	19
→ USO DO HÍFEN	21
→ FONÉTICA (FONEMAS, DÍGRAFOS, ENCONTROS CONSONANTAIS, VOCÁLICOS). SEPARAÇÃO SILÁBICA.....	23
→ ARTIGO	26
→ SUBSTANTIVO	28
→ ADJETIVO	29
→ ADVÉRBIO	32
→ NUMERAL.....	34
→ PREPOSIÇÃO.....	36
→ CONJUNÇÃO.....	39
→ INTERJEIÇÃO	42
→ SINÔNIMOS E ANTÔNIMOS	42
→ HOMÔNIMOS E PARÔNIMOS	46
→ SIGNIFICAÇÃO DE VOCÁBULO E EXPRESSÕES.....	46
→ TERMOS INTEGRANTES (OBJETO DIRETO E INDIRETO, COMPLEMENTO NOMINAL E AGENTE DA PASSIVA).....	51
→ TERMOS ACESSÓRIOS (ADJUNTO ADNOMINAL, ADJUNTO ADVERBIAL E APOSTO). VOCATIVO	55
→ ADJUNTO ADNOMINAL X COMPLEMENTO NOMINAL.....	57
→ FUNÇÕES SINTÁTICAS DOS PRONOMES RELATIVOS	59
→ FUNÇÃO SINTÁTICA DOS PRONOMES PESSOAIS ÁTONOS	60
→ PONTUAÇÃO (PONTO, VÍRGULA, TRAVESSÃO, ASPAS, PARÊNTESES, ETC).....	62
→ REGÊNCIA NOMINAL E VERBAL (CASOS GERAIS).....	67
→ CRASE.....	73
→ CONCORDÂNCIA (VERBAL E NOMINAL).....	80
→ VOZES (VOZ PASSIVA E VOZ ATIVA).....	87
→ COERÊNCIA. COESÃO (ANÁFORA, CATÁFORA, USO DOS CONECTORES - PRONOMES RELATIVOS, CONJUNÇÕES, ETC)	92
→ VARIAÇÕES DA LINGUAGEM: NÃO VERBAL, REGIONAL, HISTÓRICA, CONTEXTUAL. NEOLOGISMOS E ESTRANGEIRISMOS	98
→ FIGURAS DE LINGUAGEM	99

→ VÍCIOS DE LINGUAGEM (PLEONASMO, AMBIGUIDADE, CACOFONIA, ETC.)	104
→ INTERPRETAÇÃO DE TEXTOS (COMPREENSÃO)	106
→ GABARITO 	113

INFORMÁTICA117

→ INFORMÁTICA - WORD 2019.....	117
→ EXCEL 2019.....	117
→ WRITER.....	118
→ CALC	118
→ CONCEITOS DE INTERNET	118
→ INTRANET E EXTRANET	119
→ RECURSOS, CAMPOS, ENDEREÇAMENTO (CORREIO ELETRÔNICO).....	119
→ GMAIL	119
→ OUTROS WEBMAILS (YAHOO! MAIL, HOTMAIL, LIVE MAIL, ETC.)	119
→ REDES SOCIAIS (FACEBOOK, WHATSAPP, ETC.).....	120
→ CONCEITOS E TIPOS DE COMPUTAÇÃO EM NUVEM (CLOUD COMPUTING)	120
→ GOOGLE WORKSPACE	120
→ FIREWALL E PROXY	121
→ ANTIVÍRUS E ANTISPYWARE.....	121
→ PROCEDIMENTOS DE SEGURANÇA DA INFORMAÇÃO (SENHAS, AUTENTICAÇÃO ETC.).....	121
→ CRIPTOGRAFIA, ASSINATURA E CERTIFICADO DIGITAL	122
→ MICROSOFT TEAMS.....	122
→ TI - REDES DE COMPUTADORES - MODELO OSI	122
→ REDES DE COMPUTADORES - ARQUITETURA TCP/IP	123
→ CONCEITOS E ESPECIFICAÇÕES DO IP	124
→ REDES DE COMPUTADORES - MAN E WAN	126
→ REDES DE COMPUTADORES - INTRANET, EXTRANET E PROXY	127
→ REDES DE COMPUTADORES - DNS (DOMAIN NAME SYSTEM)	128
→ SEGURANÇA DA INFORMAÇÃO - HASHES CRIPTOGRÁFICOS.....	128
→ HASHES CRIPTOGRÁFICOS	128
→ AUTENTICAÇÃO MULTIFATOR (MFA).....	129
→ GABARITO 	129

RACIOCÍNIO LÓGICO 131

→ RACIOCÍNIO LÓGICO - PROPOSIÇÕES: DEFINIÇÃO, RECONHECIMENTO, PRINCÍPIOS LÓGICOS	131
→ OPERADORES LÓGICOS (REPRESENTAÇÃO SIMBÓLICA; DIFERENÇA ENTRE PROPOSIÇÃO SIMPLES E COMPOSTA).....	132
→ TABELA VERDADE DAS PROPOSIÇÕES COMPOSTAS	133
→ TAUTOLOGIA, CONTRADIÇÃO E CONTINGÊNCIA.....	133
→ EQUIVALÊNCIAS LÓGICAS (INCLUI NEGAÇÃO DE PROPOSIÇÕES COMPOSTAS).....	134
→ ARGUMENTOS - MÉTODOS DECORRENTES DA TABELA VERDADE	135

→ DIAGRAMAS LÓGICOS, PROPOSIÇÕES CATEGÓRICAS, NEGAÇÃO DE QUANTIFICADORES	135
→ GABARITO 	136

CONTABILIDADE GERAL.....137

→ AFO, DIREITO FINANCEIRO E CONTABILIDADE PÚBLICA - ESTOQUES (MCASP E NBC TSP 04).....	137
→ DEPRECIAÇÃO, AMORTIZAÇÃO E EXAUSTÃO (NBC TSP 07, MCASP, ETC.).....	138
→ CONTABILIDADE GERAL - CONCEITO, OBJETO, FINALIDADE, TÉCNICAS CONTÁBEIS, EQUAÇÃO PATRIMONIAL	138
→ PRINCÍPIOS CONTÁBEIS.....	139
→ ESTRUTURA CONCEITUAL BÁSICA DA CONTABILIDADE (CPC 00).....	140
→ ESCRITURAÇÃO: NORMAS, LIVROS CONTÁBEIS, LANÇAMENTOS, MÉTODO DAS PARTIDAS DOBRADAS	140
→ PLANO DE CONTAS.....	140
→ BALANCETE DE VERIFICAÇÃO	141
→ ATOS E FATOS CONTÁBEIS	141
→ ATIVO IMOBILIZADO (CONCEITO, CLASSIFICAÇÃO, MENSURAÇÃO INICIAL, REAVLIAÇÃO).....	142
→ ATIVOS INTANGÍVEIS (CPC 04, LEI 6.404)	142
→ PASSIVO EXIGÍVEL A LONGO PRAZO	143
→ CAPITAL SOCIAL (SUBSCRITO, A REALIZAR, REALIZADO)	143
→ AÇÕES (ÁGIO NA EMISSÃO, REEMBOLSO, RESGATE, AMORTIZAÇÃO, GASTOS NA EMISSÃO)	143
→ RESERVAS DE CAPITAL.....	143
→ AJUSTE DE AVALIAÇÃO PATRIMONIAL.....	144
→ AÇÕES EM TESOURARIA.....	144
→ GABARITO 	144

ESTATÍSTICA.....145

→ TIPOS DE VARIÁVEIS. MEDIDAS ESTATÍSTICAS RELACIONADAS A CADA TIPO DE VARIÁVEL	145
→ TABELA DE DADOS AGRUPADOS POR VALOR.....	145
→ FORMAS GRÁFICAS DE APRESENTAÇÃO DE DADOS AGRUPADOS POR VALOR.....	145
→ COEFICIENTE DE CORRELAÇÃO LINEAR ENTRE DOIS CONJUNTOS DE DADOS	145
→ NÚMEROS ÍNDICES	146
→ PROBABILIDADE CONDICIONAL	146
→ EVENTOS INDEPENDENTES E EVENTOS MUTUAMENTE EXCLUDENTES	147
→ TEOREMA DA PROBABILIDADE TOTAL.....	147
→ TEOREMA DE BAYES.....	147
→ ESPERANÇA, MODA E QUANTIS DE VARIÁVEIS DISCRETAS.....	147
→ COVARIÂNCIA; MATRIZ DE VARIÂNCIAS E COVARIÂNCIAS. VARIÂNCIA DA SOMA E DA DIFERENÇA	147
→ DISTRIBUIÇÃO DE POISSON	148
→ DISTRIBUIÇÃO HIPERGEOMÉTRICA	148
→ DISTRIBUIÇÃO NORMAL	148

→ APROXIMAÇÃO DE DISTRIBUIÇÕES DISCRETAS PELA NORMAL (INCLUI CORREÇÃO DE CONTINUIDADE).....	149
→ DISTRIBUIÇÃO EXPONENCIAL.....	149
→ AMOSTRAGEM ESTRATIFICADA.....	149
→ AMOSTRAGEM SISTEMÁTICA.....	150
→ MÉDIA AMOSTRAL (ESTIMADOR PONTUAL, DISTRIBUIÇÃO AMOSTRAL).....	150
→ TESTE DE HIPÓTESES PARA A MÉDIA.....	150
→ TESTE DE HIPÓTESES SOBRE O VALOR DA DIFERENÇA ENTRE DUAS MÉDIAS.....	150
→ GABARITO 	150

DIREITO PENAL..... 151

→ PRINCÍPIOS DA LEGALIDADE E ANTERIORIDADE PENAL E DEMAIS PRINCÍPIOS DECORRENTES (ART. 1º DO CP).....	151
→ PRINCÍPIOS CONSTITUCIONAIS DE DIREITO PENAL.....	151
→ PRINCÍPIOS MODERNOS DE DIREITO PENAL.....	151
→ CONFLITOS DE LEIS PENAIS NO TEMPO (ARTS. 1º E 2º DO CP).....	152
→ LEI EXCEPCIONAL OU TEMPORÁRIA (ART. 3º DO CP).....	152
→ TEMPO DO CRIME (ART. 4º DO CP).....	152
→ PRINCÍPIO DA TERRITORIALIDADE (ART. 5º DO CP).....	152
→ PRINCÍPIO DA EXTRATERRITORIALIDADE (ART. 7º DO CP).....	152
→ ERRO DE TIPO (ART. 20 DO CP).....	153
→ DESISTÊNCIA VOLUNTÁRIA (ART. 15 DO CP).....	153
→ TENTATIVA (CRIME) (ART. 14, INCISO II E PARÁGRAFO ÚNICO, DO CP).....	153
→ ARREPENDIMENTO POSTERIOR (ART. 16 DO CP).....	153
→ CONSIDERAÇÕES GERAIS SOBRE A ILICITUDE E SUAS EXCLUDENTES (ART. 23 DO CP).....	154
→ ESTADO DE NECESSIDADE (ART. 24 DO CP).....	154
→ LEGÍTIMA DEFESA (ART. 25 DO CP).....	154
→ ESTRITO CUMPRIMENTO DO DEVER LEGAL (ART. 23, INCISO III, DO CP).....	154
→ IMPUTABILIDADE PENAL (ARTS. 26 A 28 DO CP).....	154
→ CONCURSO DE PESSOAS (ARTS. 29 A 31 DO CP).....	155
→ CLASSIFICAÇÕES DOS CRIMES.....	155
→ DA APLICAÇÃO DA PENA (ARTS. 59 A 68 DO CP).....	155
→ DA AÇÃO PENAL (ARTS. 100 A 106 DO CP).....	155
→ CAUSAS DE EXTINÇÃO DA PUNIBILIDADE (ARTS. 107 E 120 DO CP).....	155
→ HOMICÍDIO (ART. 121 DO CP).....	156
→ FEMINICÍDIO (ART. 121-A DO CP).....	156
→ INDUZIMENTO, INSTIGAÇÃO OU AUXÍLIO A SUICÍDIO OU A AUTOMUTILAÇÃO (ART. 122 DO CP).....	156
→ DAS LESÕES CORPORAIS (ART. 129 DO CP).....	156
→ DA PERICLITAÇÃO DA VIDA E DA SAÚDE (ARTS. 130 A 136 DO CP).....	157
→ DA RIXA (ART. 137 DO CP).....	157
→ DOS CRIMES CONTRA A LIBERDADE PESSOAL (ARTS. 146 A 149-A DO CP).....	157

→ DOS CRIMES CONTRA A INVIOABILIDADE DE DOMICÍLIO (ART. 150 DO CP).....	158
→ DOS CRIMES CONTRA A INVIOABILIDADE DOS SEGREDOS (ARTS. 153 A 154-B DO CP).....	158
→ DO FURTO (ARTS. 155 E 156 DO CP).....	158
→ DO ROUBO E DA EXTORSÃO (ARTS. 157 A 160 DO CP).....	158
→ DA APROPRIAÇÃO INDÉBITA (ARTS. 168 A 170 DO CP).....	159
→ DO ESTELIONATO E DAS OUTRAS FRAUDES (ARTS. 171 A 179 DO CP).....	159
→ DA RECEPÇÃO (ARTS. 180 E 180-A DO CP).....	160
→ DAS DISPOSIÇÕES GERAIS DOS CRIMES CONTRA O PATRIMÔNIO (ARTS. 181 A 183 DO CP).....	160
→ DOS CRIMES SEXUAIS CONTRA VULNERÁVEL (ARTS. 217-A A 226 DO CP).....	160
→ DOS CRIMES DE PERIGO COMUM (ARTS. 250 A 259 DO CP).....	161
→ DOS CRIMES CONTRA A SAÚDE PÚBLICA (ARTS. 267 A 285 DO CP).....	161
→ DOS CRIMES CONTRA A PAZ PÚBLICA (ARTS. 286 A 288-A DO CP).....	161
→ FALSIFICAÇÃO DE DOCUMENTO PÚBLICO (ART. 297 DO CP).....	161
→ FALSIFICAÇÃO DE DOCUMENTO PARTICULAR (ART. 298 DO CP).....	161
→ FALSIDADE IDEOLÓGICA (ART. 299 DO CP).....	161
→ FUNCIONÁRIO PÚBLICO PARA FINS PENAI (ART. 327 DO CP).....	162
→ PECULATO (ART. 312 DO CP).....	162
→ INSERÇÃO DE DADOS FALSOS EM SISTEMA DE INFORMAÇÕES (ART. 313-A DO CP).....	163
→ CONCUSSÃO E EXCESSO DE EXAÇÃO (ART. 316 DO CP).....	163
→ CORRUPÇÃO PASSIVA (ART. 317 DO CP).....	163
→ PREVARICAÇÃO (ARTS. 319 E 319-A DO CP).....	163
→ CONDESCENDÊNCIA CRIMINOSA (ART. 320 DO CP).....	164
→ VIOLÊNCIA ARBITRÁRIA (ART. 322 DO CP).....	164
→ DOS CRIMES EM LICITAÇÕES E CONTRATOS ADMINISTRATIVOS (ARTS. 337-E A 337-P DO CP).....	164
→ DENUNCIÇÃO CALUNIOSA (ART. 339 DO CP).....	165
→ DOS CRIMES CONTRA O ESTADO DEMOCRÁTICO DE DIREITO (ARTS. 359-I A 359-T DO CP).....	165
→ GABARITO 	165

DIREITO PROCESSUAL PENAL.....167

→ PROCESSO PENAL, SEUS SISTEMAS E PRINCÍPIOS.....	167
→ LEI PROCESSUAL PENAL NO TEMPO, NO ESPAÇO E EM RELAÇÃO ÀS PESSOAS.....	167
→ INQUÉRITO POLICIAL (ARTS. 4º A 23 DO CPP).....	167
→ DA AÇÃO PENAL (ARTS. 24 A 62 DO CPP).....	168
→ DA AÇÃO CIVIL EX DELICTO (ARTS. 63 A 68 DO CPP).....	169
→ JURISDIÇÃO E COMPETÊNCIA - CONCEITOS GERAIS.....	169
→ CRITÉRIO DE FIXAÇÃO DE COMPETÊNCIA.....	169
→ PRORROGAÇÃO DE COMPETÊNCIA (CONEXÃO E CONTINÊNCIA).....	170
→ TEORIA GERAL DA PROVA PENAL (ARTS. 155 A 157 DO CPP).....	170
→ DO EXAME DE CORPO DE DELITO, DA CADEIA DE CUSTÓDIA E DAS PERÍCIAS EM GERAL (ARTS. 158 A 184 DO CPP).....	170
→ DA CONFISSÃO (ARTS. 197 A 200 DO CPP).....	171

→ DAS TESTEMUNHAS (ARTS. 202 A 225 DO CPP).....	171
→ DO JUIZ (ARTS. 251 A 256 DO CPP).....	171
→ DOS AUXILIARES DA JUSTIÇA (ARTS. 274 A 281 DO CPP).....	171
→ DA PRISÃO EM FLAGRANTE (ARTS. 301 A 310 DO CPP).....	171
→ DA PRISÃO PREVENTIVA (ARTS. 311 A 316 DO CPP).....	172
→ DA PRISÃO DOMICILIAR (ARTS. 317 E 318 DO CPP).....	172
→ DAS MEDIDAS CAUTELARES DIVERSAS DA PRISÃO (ARTS. 319 A 320 DO CPP).....	172
→ ALCANCE DO PROCEDIMENTO COMUM ORDINÁRIO (ART. 394 DO CPP).....	173
→ PROCEDIMENTO DOS CRIMES CONTRA A HONRA (ARTS. 519 A 523 DO CPP).....	173
→ DA APELAÇÃO (ARTS. 593 A 603 DO CPP).....	173
→ HABEAS CORPUS (ARTS. 647 A 667 DO CPP).....	173
→ JURISPRUDÊNCIA DOS TRIBUNAIS SUPERIORES SOBRE PROCESSO PENAL, SEUS SISTEMAS E PRINCÍPIOS.....	173
→ JURISPRUDÊNCIA DOS TRIBUNAIS SUPERIORES SOBRE INQUÉRITO POLICIAL.....	173
→ JURISPRUDÊNCIA DOS TRIBUNAIS SUPERIORES SOBRE COMPETÊNCIA.....	174
→ JURISPRUDÊNCIA DOS TRIBUNAIS SUPERIORES SOBRE QUESTÕES E PROCESSOS INCIDENTES.....	174
→ JURISPRUDÊNCIA DOS TRIBUNAIS SUPERIORES SOBRE TEORIA GERAL DA PROVA PENAL.....	174
→ JURISPRUDÊNCIA DOS TRIBUNAIS SUPERIORES SOBRE PROVAS EM ESPÉCIE.....	174
→ JURISPRUDÊNCIA DOS TRIBUNAIS SUPERIORES SOBRE PRISÃO, MEDIDAS CAUTELARES E LIBERDADE PROVISÓRIA.....	175
→ JURISPRUDÊNCIA DOS TRIBUNAIS SUPERIORES SOBRE ASSUNTOS DIVERSOS OU MESCLADOS DE PROCESSO PENAL.....	176
→ GABARITO 	176

DIREITO CONSTITUCIONAL..... 177

→ CONSTITUIÇÃO: CONCEITO, ESTRUTURA, SUPREMACIA E CLASSIFICAÇÃO.....	177
→ EFICÁCIA DAS NORMAS CONSTITUCIONAIS.....	177
→ MÉTODOS E PRINCÍPIOS DE INTERPRETAÇÃO DAS NORMAS CONSTITUCIONAIS.....	178
→ DOS PRINCÍPIOS FUNDAMENTAIS DA CONSTITUIÇÃO (ARTS. 1º A 4º DA CF/1988).....	178
→ CARACTERÍSTICAS (DIREITOS FUNDAMENTAIS).....	179
→ GERAÇÕES DE DIREITOS FUNDAMENTAIS.....	179
→ DOS DIREITOS E DEVERES INDIVIDUAIS E COLETIVOS (ART. 5º DA CF/1988).....	179
→ HABEAS CORPUS.....	180
→ MANDADO DE SEGURANÇA.....	180
→ MANDADO DE INJUNÇÃO.....	180
→ HABEAS DATA.....	181
→ AÇÃO POPULAR.....	181
→ DIREITOS SOCIAIS E DOS TRABALHADORES (ARTS. 6º E 7º DA CF/1988).....	181
→ DIREITOS COLETIVOS DOS TRABALHADORES (ARTS. 8º A 11 DA CF/1988).....	182
→ UNIÃO: BENS E COMPETÊNCIAS EXCLUSIVAS, PRIVATIVAS, COMUNS E CONCORRENTES (ARTS. 20 A 24 DA CF/1988).....	182
→ ESTADOS FEDERADOS - ORGANIZAÇÃO, COMPETÊNCIAS, BENS (ARTS. 25 A 28 DA CF/1988).....	183

→ MUNICÍPIOS - ORGANIZAÇÃO E COMPETÊNCIAS (ARTS. 29 A 31 DA CF/1988).....	183
→ DOS SERVIDORES PÚBLICOS (ARTS. 39 A 41 DA CF/1988).....	183
→ DA CÂMARA DOS DEPUTADOS (ART. 51 DA CF/1988).....	184
→ DAS COMISSÕES PARLAMENTARES - PERMANENTES E TEMPORÁRIAS (ART. 58 DA CF/1988).....	184
→ DO PRESIDENTE E VICE PRESIDENTE DA REPÚBLICA (ARTS. 76 A 83 DA CF/1988).....	185
→ DAS ATRIBUIÇÕES DO PRESIDENTE DA REPÚBLICA (ART. 84 DA CF/1988).....	185
→ DO SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL - STF (ARTS. 101 A 103 DA CF/1988).....	185
→ DO SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA - STJ (ARTS. 104 E 105 DA CF/1988).....	186
→ PRINCÍPIOS INSTITUCIONAIS (MINISTÉRIO PÚBLICO).....	186
→ COMPOSIÇÃO DO MINISTÉRIO PÚBLICO.....	186
→ GARANTIAS E VEDAÇÕES (MINISTÉRIO PÚBLICO).....	187
→ DA ADVOCACIA PÚBLICA (ARTS. 131 E 132 DA CF/1988).....	187
→ ADVOCACIA PRIVADA E DEFENSORIA PÚBLICA (ARTS. 133 A 135 DA CF/1988).....	187
→ ESTADO DE DEFESA E DE SÍTIO (ARTS. 136 A 141 DA CF/1988).....	188
→ DA SAÚDE (ARTS. 196 A 200 DA CF/1988).....	188
→ DA PREVIDÊNCIA SOCIAL (ARTS. 201 E 202 DA CF/1988).....	189
→ DA ASSISTÊNCIA SOCIAL (ARTS. 203 E 204 DA CF/1988).....	189
→ DO MEIO AMBIENTE (ART. 225 DA CF/1988).....	189
→ DA FAMÍLIA, DA CRIANÇA, DO ADOLESCENTE E DO IDOSO (ARTS. 226 A 230 DA CF/1988).....	190
→ DOS PRINCÍPIOS FUNDAMENTAIS (ARTS. 1º A 2º DA CE-RS).....	190
→ DISPOSIÇÕES PRELIMINARES (ARTS. 3º A 7º DA CE-RS).....	191
→ DOS MUNICÍPIOS (ARTS. 8º A 15 DA CE-RS).....	191
→ DA REGIÃO METROPOLITANA, DAS AGLOMERAÇÕES URBANAS E DAS MICRORREGIÕES (16 A 18 DA CE-RS).....	192
→ DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA (ARTS. 19 A 48 DA CE-RS).....	192
→ DO PODER LEGISLATIVO (ARTS. 49 A 77 DA CE-RS).....	193
→ DO PODER EXECUTIVO (ARTS. 78 A 90 DA CE-RS).....	194
→ DO PODER JUDICIÁRIO (ARTS. 91 A 106 DA CE-RS).....	195
→ DAS FUNÇÕES ESSENCIAIS À JUSTIÇA (ARTS. 107 A 123 DA CE-RS).....	195
→ DA ORDEM PÚBLICA (ARTS. 124 A 139-A DA CE-RS).....	195
→ DAS FINANÇAS, DA TRIBUTAÇÃO E DO ORÇAMENTO (ARTS. 140 A 156 DA CE-RS).....	196
→ DA ORDEM ECONÔMICA (ARTS. 157 A 188 DA CE-RS).....	196
→ DA ORDEM SOCIAL (ARTS. 189 A 267 DA CE-RS).....	197
→ GABARITO 	197

DIREITO ADMINISTRATIVO 199

→ ORIGEM, CONCEITO E FONTES DO DIREITO ADMINISTRATIVO.....	199
→ PRINCÍPIOS EXPRESSOS, EXPLÍCITOS OU CONSTITUCIONAIS.....	199
→ CONCEITO DE ATOS ADMINISTRATIVOS.....	201
→ ELEMENTOS, REQUISITOS E PRESSUPOSTOS (ATOS ADMINISTRATIVOS).....	201
→ ATRIBUTOS OU CARACTERÍSTICAS DOS ATOS ADMINISTRATIVOS.....	202

→ ATOS ADMINISTRATIVOS: ESPÉCIES, CLASSIFICAÇÃO, FASES DE CONSTITUIÇÃO	202
→ DESFAZIMENTO DO ATO ADMINISTRATIVO (ANULAÇÃO, REVOGAÇÃO, CASSAÇÃO, CADUCIDADE, CONTRAPOSIÇÃO).....	204
→ CONVALIDAÇÃO E CONVERSÃO DOS ATOS ADMINISTRATIVOS	205
→ PODER HIERÁRQUICO	205
→ PODER DISCIPLINAR	205
→ PODER DE POLÍCIA.....	206
→ ABUSO DE PODER: EXCESSO DE PODER E DESVIO DE FINALIDADE (PODERES DA ADMINISTRAÇÃO).....	208
→ ADMINISTRAÇÃO DIRETA (ÓRGÃOS PÚBLICOS)	208
→ ADMINISTRAÇÃO INDIRETA	208
→ DESCONCENTRAÇÃO E DESCENTRALIZAÇÃO.....	210
→ PRINCÍPIOS (SERVIÇOS PÚBLICOS - LEI Nº 8.987/1995)	210
→ CONCEITO PARA AGENTES PÚBLICOS	211
→ CLASSIFICAÇÃO DOS AGENTES PÚBLICOS	211
→ FUNÇÕES, CARGOS E EMPREGOS PÚBLICOS.....	211
→ DISPOSIÇÕES GERAIS, DIREITOS E DEVERES DO ADMINISTRADO (ARTS. 1º A 4º DA LEI Nº 9.784/1999).....	212
→ TRÂMITE DO PROCESSO (ARTS. 5º A 10 E 29 A 50 DA LEI Nº 9.784/1999).....	213
→ DOS IMPEDIMENTOS E DA SUSPEIÇÃO (ARTS. 18 A 21 DA LEI Nº 9.784/1999).....	213
→ FORMA, TEMPO E LUGAR DOS ATOS DO PROCESSO (ARTS. 22 A 25 DA LEI Nº 9.784/1999).....	214
→ DOS PRAZOS E DAS SANÇÕES (ARTS. 66 A 68 DA LEI Nº 9.784/1999).....	214
→ OBJETIVOS, FASES E FORMALIDADES (ARTS. 11 A 17 DA LEI Nº 14.133/2021).....	214
→ INSTRUÇÃO DO PROCESSO LICITATÓRIO (ARTS. 18 A 27 DA LEI Nº 14.133/2021)	216
→ MODALIDADES DE LICITAÇÃO (ARTS. 28 A 32 DA LEI Nº 14.133/2021).....	217
→ CRITÉRIOS DE JULGAMENTO (ARTS. 33 A 39 DA LEI Nº 14.133/2021).....	219
→ DISPOSIÇÕES SETORIAIS, COMPRAS, SERVIÇOS (ARTS. 40 A 52 DA LEI Nº 14.133/2021)	220
→ DIVULGAÇÃO DO EDITAL DE LICITAÇÃO (ARTS. 53 A 54 DA LEI Nº 14.133/2021).....	220
→ FASES DA LICITAÇÃO - JULGAMENTO, HABILITAÇÃO E ENCERRAMENTO (ARTS. 55 A 71 DA LEI Nº 14.133/2021)	220
→ CONTRATAÇÃO DIRETA, INEXIGIBILIDADE E DISPENSA (ARTS. 72 A 75 DA LEI Nº 14.133/2021).....	221
→ CONCEITOS E CARACTERÍSTICAS DOS CONTRATOS ADMINISTRATIVOS. FORMALIZAÇÃO DOS CONTRATOS (ARTS. 89 A 95 DA LEI Nº 14.133/2021)	223
→ GARANTIAS (ARTS. 96 A 102 DA LEI Nº 14.133/2021).....	224
→ PRERROGATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO (ART. 104 DA LEI Nº 14.133/2021).....	225
→ DURAÇÃO DOS CONTRATOS (ARTS. 105 A 114 DA LEI Nº 14.133/2021).....	225
→ EXECUÇÃO DOS CONTRATOS (ARTS. 115 A ART. 123 DA LEI Nº 14.133/2021)	225
→ NULIDADE DOS CONTRATOS (ARTS. 147 A 150 DA LEI Nº 14.133/2021).....	226
→ GABARITO 	226

DIREITOS HUMANOS.....229

→ DECLARAÇÃO UNIVERSAL DOS DIREITOS HUMANOS (DUDH)	229
→ PACTO INTERNACIONAL SOBRE DIREITOS ECONÔMICOS, SOCIAIS E CULTURAIS (PIDESC)	230

→ SISTEMA INTERAMERICANO DE DIREITOS HUMANOS	230
→ DEVERES DOS ESTADOS E DIREITOS PROTEGIDOS (ARTS. 1º A 32 DA CADH-OAS).....	230
→ REGRAS MÍNIMAS DA ONU PARA O TRATAMENTO DE PRISIONEIRO.....	231
→ DIREITOS HUMANOS NA CONSTITUIÇÃO FEDERAL	232
→ GABARITO 	232

LEGISLAÇÃO ESTATUTÁRIA.....233

→ DAS DISPOSIÇÕES PRELIMINARES (ARS. 1º A 9º DA LC Nº 10.098/1994)	233
→ DO PROVIMENTO, PROMOÇÃO, VACÂNCIA, REMOÇÃO E REDISTRIBUIÇÃO (ARS. 10 A 61 DA LC Nº 10.098/1994)	233
→ DO VENCIMENTO E DA REMUNERAÇÃO (ARTS. 78 A 84 DA LC Nº 10.098/1994).....	234
→ DAS VANTAGENS (ARTS. 85 A 122 DA LC Nº 10.098/1994).....	235
→ DAS CONCESSÕES (ARTS. 123 A 127 DA LC Nº 10.098/1994)	235
→ DAS LICENÇAS (ARTS. 128 A 157 DA LC Nº 10.098/1994)	235
→ DOS DEVERES DO SERVIDOR (ART. 177 DA LC Nº 10.098/1994).....	236
→ DAS PENALIDADES (ARTS. 187 A 197 DA LC Nº 10.098/1994)	236
→ DO PROCESSO ADMINISTRATIVO DISCIPLINAR (ARS. 198 A 254 DA LC Nº 10.098/1994).....	236
→ SEGURANÇA PÚBLICA E LEGISLAÇÃO POLICIAL - LEI ESTADUAL Nº 7.366/1980 - ESTATUTO DOS SERVIDORES DA POLÍCIA CIVIL DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL	237
→ GABARITO 	237

LEGISLAÇÃO ESPECÍFICA239

→ DIREITO ADMINISTRATIVO - DISPOSIÇÕES GERAIS (ARTS. 1º A 4º DA LEI Nº 12.846/2013)	239
→ DA RESPONSABILIZAÇÃO ADMINISTRATIVA (ARTS. 6º E 7º DA LEI Nº 12.846/2013).....	239
→ DO PROCESSO ADMINISTRATIVO DE RESPONSABILIZAÇÃO (ARTS. 8º A 15 DA LEI Nº 12.846/2013).....	239
→ DO ACORDO DE LENIÊNCIA (ARTS. 16 E 17 DA LEI Nº 12.846/2013).....	239
→ DA RESPONSABILIZAÇÃO JUDICIAL (ARTS. 18 A 21 DA LEI Nº 12.846/2013).....	239
→ DAS DISPOSIÇÕES GERAIS (ARTS. 1º A 8º-A DA LEI Nº 8.429/1992)	240
→ OBJETIVOS, FASES E FORMALIDADES (ARTS. 11 A 17 DA LEI Nº 14.133/2021)	240
→ INSTRUÇÃO DO PROCESSO LICITATÓRIO (ARTS. 18 A 27 DA LEI Nº 14.133/2021).....	240
→ MODALIDADES DE LICITAÇÃO (ARTS. 28 A 32 DA LEI Nº 14.133/2021)	240
→ FASES DA LICITAÇÃO - JULGAMENTO, HABILITAÇÃO E ENCERRAMENTO (ARTS. 55 A 71 DA LEI Nº 14.133/2021)	240
→ CONTRATAÇÃO DIRETA, INEXIGIBILIDADE E DISPENSA (ARTS. 72 A 75 DA LEI Nº 14.133/2021).....	241
→ INSTRUMENTOS AUXILIARES (ARTS. 78 A 88 DA LEI Nº 14.133/2021)	241
→ DO ACESSO A INFORMAÇÕES E DA SUA DIVULGAÇÃO (ARTS. 6º A 9º DA LEI Nº 12.527/2011).....	241
→ DAS RESTRIÇÕES DE ACESSO À INFORMAÇÃO (ARTS. 21 A 31 DA LEI Nº 12.527/2011)	241
→ DAS RESPONSABILIDADES (ARTS. 32 A 34 DA LEI Nº 12.527/2011)	241
→ DAS DISPOSIÇÕES FINAIS E TRANSITÓRIAS (ARTS. 35 A 47 DA LEI Nº 12.527/2011).....	241
→ DIREITO DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE - DAS DISPOSIÇÕES PRELIMINARES (ARTS. 1º A 6º DA LEI Nº 8.069/1990 - ECA).....	242

→ DO DIREITO À LIBERDADE, AO RESPEITO E À DIGNIDADE (ARTS. 15 A 18-B DA LEI Nº 8.069/1990 - ECA).....	242
→ DO DIREITO À EDUCAÇÃO, À CULTURA, AO ESPORTE E AO LAZER (ARTS. 53 A 59-A DA LEI Nº 8.069/1990 - ECA).....	242
→ DA PREVENÇÃO ESPECIAL (ARTS. 74 A 85 DA LEI Nº 8.069/1990 - ECA).....	242
→ DAS ENTIDADES DE ATENDIMENTO (ARTS. 90 A 97 DA LEI Nº 8.069/1990 - ECA).....	242
→ DO CONSELHO TUTELAR (ARTS. 131 A 140 DA LEI Nº 8.069/1990 - ECA).....	242
→ DOS PROCEDIMENTOS DO ACESSO À JUSTIÇA (ARTS. 152 A 197-F DA LEI Nº 8.069/1990 - ECA).....	243
→ DIREITO DIGITAL - DOS REQUISITOS PARA O TRATAMENTO DE DADOS PESSOAIS (ARTS. 7º A 10 DA LEI Nº 13.709/2018 - LGPD).....	244
→ DOS DIREITOS DO TITULAR (ARTS. 17 A 22 DA LEI Nº 13.709/2018 - LGPD).....	244
→ DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS (ARTS. 52 A 54 DA LEI Nº 13.709/2018 - LGPD).....	244
→ CARACTERÍSTICAS, PRINCÍPIOS E DISPOSIÇÕES GERAIS (ARTS. 1º A 3º DA LEI Nº 8.078/1990).....	244
→ DAS PRÁTICAS COMERCIAIS (ARTS. 29 A 45 DA LEI Nº 8.078/1990).....	244
→ LEI COMPLEMENTAR Nº 105/2001 - SIGILO DAS OPERAÇÕES DE INSTITUIÇÕES FINANCEIRAS.....	245
→ DO DIREITO À VIDA (ARTS. 8º E 9º DA LEI Nº 10.741/2003).....	245
→ DO DIREITO À SAÚDE (ARTS. 15 AO 19 DA LEI Nº 10.741/2003).....	245
→ DO DIREITO À EDUCAÇÃO (ARTS. 27 A 30 DA LEI Nº 13.146/2015).....	245
→ DA ACESSIBILIDADE (ARTS. 53 AO 76 DA LEI Nº 13.146/2015).....	245
→ DISPOSIÇÕES PRELIMINARES (ARTS. 1º A 5º DA LEI Nº 12.288/2010).....	246
→ DO DIREITO À SAÚDE (ARTS. 6º A 8º DA LEI Nº 12.288/2010).....	246
→ DO DIREITO À EDUCAÇÃO, À CULTURA, AO ESPORTE E AO LAZER (ARTS. 9º A 22 DA LEI Nº 12.288/2010).....	246
→ DO DIREITO À LIBERDADE DE CONSCIÊNCIA E DE CRENÇA (ARTS. 23 A 26 DA LEI Nº 12.288/2010).....	246
→ DO ACESSO À TERRA E À MORADIA ADEQUADA (ARTS. 27 A 37 DA LEI Nº 12.288/2010).....	247
→ DO TRABALHO (ARTS. 38 A 42 DA LEI Nº 12.288/2010).....	247
→ DOS MEIOS DE COMUNICAÇÃO (ARTS. 43 A 46 DA LEI Nº 12.288/2010).....	247
→ DISPOSIÇÃO PRELIMINAR (ART. 47 DA LEI Nº 12.288/2010).....	247
→ DOS OBJETIVOS (ART. 48 DA LEI Nº 12.288/2010).....	247
→ DAS OUVIDORIAS PERMANENTES E DO ACESSO À JUSTIÇA E À SEGURANÇA (ARTS. 51 A 55 DA LEI Nº 12.288/2010).....	247
→ LEGISLAÇÃO DE TRÂNSITO E TRANSPORTES - DISPOSIÇÕES PRELIMINARES (ARTS. 1º A 4º DA LEI Nº 9.503/1997).....	248
→ DO SISTEMA NACIONAL DE TRÂNSITO (ARTS. 5º A 25 DA LEI Nº 9.503/1997).....	248
→ DAS NORMAS GERAIS DE CIRCULAÇÃO E CONDUTA (ARTS. 26 A 67 DA LEI Nº 9.503/1997).....	248
→ DA CONDUÇÃO DE VEÍCULOS POR MOTORISTAS PROFISSIONAIS (ARTS. 67-A A 67-E DA LEI Nº 9.503/1997).....	248
→ DOS PEDESTRES E VEÍCULOS NÃO-MOTORIZADOS (ARTS. 68 A 71 DA LEI Nº 9.503/1997).....	248
→ DO CIDADÃO E EDUCAÇÃO PARA O TRÂNSITO (ARTS 72 A 79 DA LEI Nº 9.503/1997).....	248
→ DOS VEÍCULOS (ARTS. 96 A 117 DA LEI Nº 9.503/1997).....	249
→ DO REGISTRO DE VEÍCULOS (ARTS. 120 E 129-B DA LEI Nº 9.503/1997).....	249
→ DO LICENCIAMENTO (ARTS. 130 E 135 DA LEI Nº 9.503/1997).....	249
→ DA HABILITAÇÃO (ARTS. 140 A 160 DA LEI Nº 9.503/1997).....	249
→ DAS INFRAÇÕES (ARTS. 161 A 255 DA LEI Nº 9.503/1997).....	249

→ DAS PENALIDADES (ARTS. 256 A 268-A DA LEI Nº 9.503/1997).....	251
→ DAS MEDIDAS ADMINISTRATIVAS (ARTS. 269 A 279 DA LEI Nº 9.503/1997)	251
→ DOS CONCEITOS E DEFINIÇÕES (ANEXO I DA LEI Nº 9.503/1997).....	252
→ DECRETO-LEI Nº 3.688/1941 - LEI DAS CONTRAVENÇÕES PENAIS.....	252
→ DO CONDENADO E DO INTERNADO (ARTS. 5º A 60 DA LEI Nº 7.210/1984 - LEP).....	252
→ LEI Nº 8.072/1990 - CRIMES HEDIONDOS.....	252
→ CRIMES CONTRA A ORDEM TRIBUTÁRIA, ECONÔMICA E RELAÇÕES DE CONSUMO	252
→ DISPOSIÇÕES GERAIS (ARTS. 60 A 62 DA LEI Nº 9.099/1995).....	252
→ LEI Nº 9.455/1997 - CRIMES DE TORTURA.....	253
→ DA APREENSÃO DO PRODUTO E DO INSTRUMENTO DE INFRAÇÃO ADMINISTRATIVA OU DE CRIME (ART. 25 DA LEI Nº 9.605/1998).....	253
→ DOS CRIMES CONTRA A ADMINISTRAÇÃO AMBIENTAL (ARTS. 66 A 69 DA LEI Nº 9.605/1998)	253
→ DO SISTEMA NACIONAL DE ARMAS (ARTS 1º AO 2º DA LEI Nº 10.826/2003).....	253
→ DISPOSIÇÕES PRELIMINARES (ARTS. 1º A 4º DA LEI Nº 11.340/2006).....	253
→ DA ASSISTÊNCIA À MULHER EM SITUAÇÃO DE VIOLÊNCIA DOMÉSTICA E FAMILIAR (ARTS. 8º A 12 DA LEI Nº 11.340/2006)	253
→ DA PREVENÇÃO DO USO INDEVIDO, ATENÇÃO E REINserÇÃO SOCIAL (ARTS. 18 A 30 DA LEI Nº 11.343/2006)	254
→ LEI Nº 12.037/2009 - IDENTIFICAÇÃO CRIMINAL	254
→ LEI Nº 12.830/2013 - INVESTIGAÇÃO CRIMINAL CONDUZIDA PELO DELEGADO DE POLÍCIA.....	254
→ LEI Nº 12.850/2013 - CRIME ORGANIZADO (ANTIGA LEI Nº 9.034/1995)	254
→ LEI Nº 13.260/2016 - TERRORISMO (CRIMES)	254
→ LEI Nº 13.869/2019 - LEI DE ABUSO DE AUTORIDADE (ANTIGA LEI Nº 4.898/1965).....	254
→ SEGURANÇA PÚBLICA E LEGISLAÇÃO POLICIAL - PORTARIA INTERMINISTERIAL Nº 4.226/2010 - USO DA FORÇA PELOS AGENTES DE SEGURANÇA PÚBLICA.....	255
→ GABARITO 	255

DIREITO CONSTITUCIONAL

→ CONSTITUIÇÃO: CONCEITO, ESTRUTURA, SUPREMACIA E CLASSIFICAÇÃO

1. (FUNDATEC – 2018) Em relação à classificação das constituições, analise as seguintes assertivas:

- I. Quanto à forma, são materiais ou formais.
 II. Quanto ao modo de elaboração, são dogmáticas, históricas ou sistemáticas.
 III. Quanto à estabilidade, podem ser superrígidas, rígidas, flexíveis ou semirrígidas.

Quais estão corretas?

- a) Apenas I.
- b) Apenas II.
- c) Apenas III.
- d) Apenas II e III.
- e) I, II e III.

2. (FUNDATEC – 2018) Considerando os critérios de classificação das constituições, pode ser considerada como promulgada aquela que é:

- a) Estabelecida sem a participação popular.
- b) Imposta pelo poder da época de sua criação.
- c) Dependente de ratificação popular por meio de referendo.
- d) Aprovada pelo Chefe do Executivo.
- e) Derivada da atividade de representantes do povo, eleitos com a finalidade de sua elaboração.

3. (FUNDATEC – 2017) Considerando os critérios de classificação das constituições formulados por Alexandre de Moraes, em sua obra *Direito Constitucional*, analise as seguintes assertivas:

- I. A constituição dogmática se apresenta como produto escrito e sistematizado por um órgão constituinte, a partir de princípios e ideias fundamentais da teoria política e do direito dominante.
 II. As constituições promulgadas são aquelas elaboradas e estabelecidas sem a participação popular, por meio de imposição do poder da época.

III. A constituição brasileira atual pode ser classificada como semiflexível.

Quais estão corretas?

- a) Apenas I.
- b) Apenas II.
- c) Apenas III.
- d) Apenas I e II.
- e) Apenas I e III.

→ EFICÁCIA DAS NORMAS CONSTITUCIONAIS

4. (FUNDATEC – 2022) Assinale a alternativa que apresenta uma norma constitucional de eficácia limitada.

- a) O Art. 37, VII, da CF, que prevê que o direito de greve dos servidores públicos.
- b) O Art. 5º, V, da CF, que trata do direito de resposta proporcional ao agravo, além da indenização por dano material, moral ou à imagem.
- c) O Art. 8º, IV, da CF, que prevê que a assembleia geral fixará a contribuição que, em se tratando de categoria profissional, será descontada em folha, para custeio do sistema confederativo da representação sindical respectiva, independentemente da contribuição prevista em lei.
- d) O Art. 230, § 2º, da CF, que estabelece a gratuidade dos transportes coletivos urbanos aos maiores de 65 anos.
- e) O Art. 201, § 5º, da CF, que veda a filiação ao regime geral de previdência social, na qualidade de segurado facultativo, de pessoa participante de regime próprio de previdência.

5. (FUNDATEC – 2022) De acordo com a classificação desenvolvida por José Afonso da Silva na obra *“Aplicabilidade das Normas Constitucionais”*, normas programáticas são caracterizadas pela:

- a) Eficácia limitada, demandando interposição legislativa para ampliação da produção dos efeitos que se destina a produzir, ainda que produzam, mesmo sem regulamentação, alguns efeitos.
- b) Eficácia diferida, uma vez que nenhum dos efeitos produzem sem que haja sua regulamentação pelo legislador ordinário.
- c) Aplicabilidade imediata e eficácia plena, em razão da norma constante na CF, Art. 5º, § 1º.
- d) Eficácia limitada e aplicabilidade mediata quando introduzem no ordenamento jurídico novas instituições ou institutos até então inexistentes.
- e) Aplicabilidade limitada e eficácia imediata quando introduzem no ordenamento jurídico novas instituições ou institutos até então inexistentes.

6. (FUNDATEC – 2018) De acordo com o artigo 172 da Constituição da República, “a lei disciplinará, com base no interesse nacional, os investimentos de capital estrangeiro, incentivará os reinvestimentos e regulará a remessa de lucros”. Considerando a classificação das normas constitucionais quanto à aplicabilidade, é correto que o referido dispositivo constitucional traduz uma norma de eficácia:

- a) Plena.
- b) Contida.

- c) Restritiva.
- d) Limitada.
- e) Diferida.

→ MÉTODOS E PRINCÍPIOS DE INTERPRETAÇÃO DAS NORMAS CONSTITUCIONAIS

7. (FUNDATEC – 2022) Em relação aos métodos de interpretação constitucional, assinale a alternativa INCORRETA.

- a) Por meio do método tópico-problemático, parte-se de um problema concreto para a norma.
- b) No método hermenêutico-concretizador, o intérprete atua como mediador entre a norma e a situação concreta, tendo como “pano de fundo” a realidade social.
- c) Segundo o método científico-espiritual, a Constituição deve ser interpretada como algo dinâmico e que se renova constantemente, no compasso das modificações da vida em sociedade.
- d) O método normativo-estruturante reconhece a existência de identidade entre a norma jurídica e o texto normativo.
- e) No método jurídico, o papel do intérprete resume-se a descobrir o verdadeiro significado da norma, o seu sentido e, assim, atribui-se grande importância ao texto da norma.

8. (FUNDATEC – 2022) No julgamento da ADI nº 4.277, o Supremo Tribunal Federal reconheceu uniões homoafetivas como entidades familiares, concluindo que a aplicação do Art. 1.723 do Código Civil (“É reconhecida como entidade familiar a união estável entre o homem e a mulher, configurada na convivência pública, contínua e duradoura e estabelecida com o objetivo de constituição de família”) deve excluir qualquer significado que impeça o reconhecimento da união contínua, pública e duradoura entre pessoas do mesmo sexo como entidade familiar.

Nesse caso, o Supremo Tribunal Federal utilizou o emprego da técnica conhecida como:

- a) Interpretação conforme a constituição.
- b) Declaração de inconstitucionalidade sem redução de texto.
- c) Declaração de inconstitucionalidade com redução de texto.
- d) Inconstitucionalidade por omissão.
- e) Interpretação literal.

9. (FUNDATEC – 2018) Segundo a doutrina de Luís Roberto Barroso, no seu livro “Curso de Direito Constitucional Contemporâneo: os conceitos fundamentais e a construção do novo modelo”, os princípios constitucionais gerais são especificações dos princípios fundamentais e, por seu menor grau de abstração, prestam-se mais facilmente à tutela direta e imediata das situações jurídicas que contemplam. Considerando esse contexto, assinale a alternativa que NÃO representa um desses princípios constitucionais gerais, segundo o citado autor.

- a) Isonomia.
- b) Devido processo legal.
- c) Segurança jurídica.
- d) Princípio republicano.
- e) Princípio da razoabilidade.

→ DOS PRINCÍPIOS FUNDAMENTAIS DA CONSTITUIÇÃO (ARTS. 1º A 4º DA CF/1988)

10. (FUNDATEC – 2024) “O governo brasileiro propôs uma resolução alternativa no Conselho de Segurança da ONU, sugerindo a criação de um corredor humanitário em Gaza e um cessar-fogo capaz de permitir que civis sejam atendidos na região que vive uma crise sem precedentes em anos” (Notícias UOL, 14/10/23). De acordo com o trecho da reportagem e com base no Art. 4º da Constituição Federal de 1988, que dispõe sobre os princípios que regem as relações internacionais do Brasil, qual dos princípios embasou a declaração do governo brasileiro?

- a) Tipicidade.
- b) Intimidade.
- c) Devido processo legal.
- d) Liberdade de expressão.
- e) Defesa da paz.

11. (FUNDATEC – 2023) Relacione a Coluna 1 à Coluna 2, indicando os fundamentos e os objetivos fundamentais da República Federativa do Brasil, conforme a Constituição Federal de 1988.

Coluna 1

- 1. Fundamentos.
- 2. Objetivos fundamentais.

Coluna 2

- () Soberania e cidadania.
- () Pluralismo político.
- () Garantir o desenvolvimento nacional.
- () Erradicar a pobreza e a marginalização e reduzir as desigualdades sociais e regionais.
- () A dignidade da pessoa humana.

A ordem correta para preenchimento dos parênteses, de cima para baixo, é:

- a) 2 – 1 – 1 – 2 – 2.
- b) 1 – 1 – 2 – 2 – 1.
- c) 1 – 2 – 2 – 1 – 2.
- d) 1 – 2 – 1 – 2 – 1.
- e) 2 – 2 – 1 – 1 – 2.

12. (FUNDATEC – 2023) A Constituição Federal de 1988, em seu artigo 4º, diz que a República Federativa do Brasil se rege nas suas relações internacionais pelos seguintes princípios, entre outros:

- a) Soberania e cidadania.
- b) Pluralismo político e independência nacional.
- c) Os valores sociais do trabalho e da livre iniciativa.
- d) Sociedade livre, justa e solidária.
- e) Prevalência dos direitos humanos e igualdade entre os estados.

13. (FUNDATEC – 2023) Nos termos do disposto na Constituição Federal do Brasil, são poderes da União, independentes e harmônicos entre si, EXCETO:

- a) Legislativo e Executivo.
- b) Executivo e Judiciário.
- c) Judiciário e Legislativo.
- d) Legislativo, Executivo e Judiciário.
- e) Ministério Público e Judiciário.

14. (FUNDATEC – 2022) A República Federativa do Brasil, formada pela união indissolúvel dos Estados e Municípios e do Distrito Federal, constitui-se em Estado Democrático de Direito. Qual das alternativas abaixo NÃO apresenta um dos fundamentos republicanos previstos na Constituição Federal de 1988?

- Cidadania.
- Soberania.
- Solução pacífica dos conflitos.
- Valores sociais do trabalho e da livre iniciativa.
- Pluralismo político.

15. (FUNDATEC – 2021) Segundo Art. 2º da Constituição Federal, são poderes da União, EXCETO o Poder:

- Moderador.
- Executivo.
- Legislativo.
- Judiciário.

16. (FUNDATEC – 2020) Conforme o Art. 4º da Constituição Federal de 1988, a República Federativa do Brasil rege-se nas suas relações internacionais pelos seguintes princípios:

- Independência nacional.
- Prevalência dos direitos humanos.
- Concorrência entre os Estados.
- Proibição de asilo político.

Quais estão INCORRETAS?

- Apenas I.
- Apenas II.
- Apenas I e II.
- Apenas III e IV.
- I, II, III e IV.

17. (FUNDATEC – 2018) No que diz respeito aos princípios fundamentais da Constituição da República Federativa do Brasil, analise as seguintes afirmações:

- A valorização do trabalho e da livre iniciativa é considerada expressamente um dos objetivos fundamentais da República Federativa do Brasil.
- O pluralismo político e a soberania são considerados fundamentos da República Federativa do Brasil.
- É considerado princípio expresso das relações internacionais da República Federativa do Brasil a intervenção para fins humanitários e manutenção da paz.

Quais estão corretas?

- Apenas I.
- Apenas II.
- Apenas I e II.
- Apenas II e III.
- I, II e III.

→ CARACTERÍSTICAS (DIREITOS FUNDAMENTAIS)

18. (FUNDATEC – 2021) O Princípio da Reserva do Possível é alvo de discussões e incertezas no ordenamento jurídico brasileiro, sobretudo quando se fala de direitos sociais. Considerando as divergências e interpretações acerca do tema, assinale a alternativa abaixo que apresente informação INCORRETA sobre o Princípio da Reserva do Possível no contexto dos direitos fundamentais sociais.

- Vista como uma limitação fática decorrente da real escassez econômica, a Reserva do Possível tornar-se-á um limite imanente, pois é um choque entre a realidade concreta e o mando normativo.
- No contexto brasileiro, a jurisprudência utilizou o Princípio da Reserva do Possível exclusivamente para refutar a aplicabilidade dos direitos sociais.
- Considera-se a Reserva do Possível como situação em que a limitação de recursos acaba sendo causada por uma consequência alocativa destes por uma decisão disjuntiva do órgão ou agente competente.
- Esse princípio teve sua natureza modificada desde sua origem na Alemanha, como o que é razoavelmente concebido como prestação social devida, para sua variante brasileira, como a realização de direitos fundamentais sociais baseada na escassez de recursos.
- A Reserva do Possível por limitação jurídica, como restrição de direito fundamental social, é passível de controle de constitucionalidade, sobretudo no que tange à consideração dos chamados “limites dos limites”.

19. (FUNDATEC – 2018) Segundo a doutrina majoritária, NÃO deve ser reconhecido(a.) como uma característica dos direitos fundamentais:

- Historicidade.
- Inalienabilidade.
- Imprescritibilidade.
- Irrenunciabilidade.
- Ser absoluto.

→ GERAÇÕES DE DIREITOS FUNDAMENTAIS

20. (FUNDATEC – 2017) De acordo com a doutrina de Pedro Lenza, na obra Direito Constitucional Esquemático, na tradicional classificação dos direitos fundamentais, os direitos sociais são considerados como de ____ dimensão.

Assinale a alternativa que preenche corretamente a lacuna do trecho acima.

- primeira
- segunda
- terceira
- quarta
- quinta

21. (FUNDATEC – 2015) De acordo com a doutrina de Pedro Lenza, na obra Direito Constitucional Esquemático, os direitos civis e políticos são direitos fundamentais de geração (ou dimensão).

Assinale a alternativa que preenche corretamente a lacuna do trecho acima.

- primeira
- segunda
- terceira
- quarta
- quinta

→ DOS DIREITOS E DEVERES INDIVIDUAIS E COLETIVOS (ART. 5º DA CF/1988)

22. (FUNDATEC – 2022) Os tratados internalizados no ordenamento jurídico brasileiro, em observância ao rito fixado pelo Art. 5º, § 3º, da CF, são equiparados às Emendas Constitucionais. Assinale a alternativa INCORRETA.